

## OPINIÃO

## Reeleição, corrupção e impunidade; entraves para o Brasil

Samuel Hanan (\*)

Passados 24 anos de sua instituição, a reeleição para cargos executivos no Brasil mostrou-se definitivamente uma decisão equivocada.

As premissas iniciais, segundo as quais esse modelo permitiria ao governante tempo suficiente para concluir projetos de execução mais demorada, bem como se constituiria um estímulo ao bom gestor público, não mais se sustentam. O tempo comprovou que prefeitos, governadores e o presidente da República, uma vez eleitos, tomam posse já com o pensamento voltado para a conquista de um novo mandato, dali a quatro anos.

O governo que deveria ser de coalizão, em torno da aprovação e execução de projetos em benefício da população, transforma-se, invariavelmente, em governo de cooptação, com a distribuição de cargos, troca de favores e o uso despuadorado da máquina pública para fins meramente eleitorais, incluindo nomeações políticas e empreguismo, desequilibrando o pleito ao conferir vantagem àquele que ocupa cargo executivo. Propicia “alianças” eleitorais precoces e múltiplas e desvirtua – ou anula – o papel fiscalizador do Legislativo.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que em 1997 se empenhou para a aprovação da proposta de emenda constitucional que acabaria lhe beneficiando, na medida em que possibilitou sua reeleição, já reconheceu em artigo que a iniciativa foi um erro histórico. “Imaginar que os presidentes não farão o impossível para ganhar a reeleição é ingenuidade”, afirmou FHC, em mea-culpa.

O estrago já está feito, mas é possível a correção de rumo para não se perpetuar o equívoco e seus prejuízos. Se quatro anos é pouco para um cargo executivo e a reeleição é desastrosa, a opção pelo mandato de cinco anos para presidente da República, governadores e prefeitos, sem possibilidade de reeleição, parece a mais adequada.

Tal alternativa não somente permitiria a reclamada conclusão de projetos administrativos de uma gestão, como também consagraria o princípio democrático da alternância no poder, estimulando o surgimento de novas lideranças, bem ao contrário do que assistimos hoje. Por outro lado, é preciso rever também a questão do Fundo Eleitoral. É absolutamente inconcebível que um país com tantas mazelas sociais e com 20% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, segundo dados da ONU, destine verdadeira fortuna para o financiamento de campanhas eleitorais.

Em 2020, foram nada menos do que R\$ 2,03 bilhões, recursos que teriam destino mais nobre caso fossem investidos para mitigar as principais carências nacionais como saúde, educação, habitação, segurança e saneamento básico. Se cada cidadão brasileiro tivesse consciência dessa realidade, certamente questionaria porque os impostos que pagamos têm de financiar a custosa

campanha de alguém para que essa pessoa alcance o topo da pirâmide, enquanto a maioria continua sofrendo as consequências das enormes desigualdades sociais que o Brasil não é capaz de eliminar porque não as enfrenta com seriedade.

O modelo atual, perverso, tira dinheiro do pobre para eleger quem vai ganhar muito durante o mandato, período recheado de privilégios, retroalimentando um sistema injusto, que cristaliza as elites. Não é exagero dizer que tudo isso também contribui para a corrupção, um mal que custa ao Brasil entre 1,38% a 2,3% do PIB, segundo estudo divulgado em 2008 pela Fiesp. Não por acaso, o combate à corrupção aparece sempre entre os primeiros problemas que mais merece a atenção dos brasileiros nas pesquisas de opinião.

Mais que uma percepção interna, essa é uma realidade medida internacionalmente. O Brasil ocupa a 94ª posição nesse ranking de 180 países, segundo os dados de 2020 do Índice de Percepção da Corrupção, o principal indicador do gênero do mundo, produzido pela Transparência Internacional. O índice atribui aos países notas entre 0 e 100, considerando zero a nação percebida como altamente corrupta e 100 quando o país é percebido como muito íntegro. Com 38 pontos, o Brasil está ao lado da Etiópia, Cazaquistão, Peru, Sri Lanka, Suriname e Tanzânia. Pior é constatar que evoluímos muito lentamente no combate à corrupção.

A Operação Lava-Jato, em que pesem decisões posteriormente anuladas pela Justiça, recuperou aos cofres públicos R\$ 4,3 bilhões desviados em esquemas de corrupção, além de garantir outros R\$ 2,1 bilhões arrecadados em multas compensatórias nos acordos de delação premiada. Mas há retrocessos, como a recente mudança na Lei de Improbidade Administrativa, sancionada em outubro, que dificultou o combate à corrupção ao alterar o rol das condutas consideradas improbidade, alterou o rito processual e passou a exigir comprovação de dolo para a responsabilização do agente público.

Além disso, vemos a impossibilidade de prisão de réus mesmo condenados em segunda instância, e temos cerca de 55.000 pessoas – detentores de cargos públicos – gozando de foro privilegiado, um número sem paralelo em todo o mundo. Eis aí o caldo de cultura perfeito para a sensação de impunidade que permeia o país, fomentando na sociedade brasileira a falsa ideia de que o crime compensa.

Temos, então, uma realidade inaceitável, pois altamente prejudicial ao Brasil, tornando evidente que reformas são necessárias e urgentes. Sem elas, a nação não será capaz de retomar o caminho do desenvolvimento e os abismos sociais somente se acentuarão. Os brasileiros não merecem que seu futuro seja ainda pior que o presente.

(\*) - Engenheiro, com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, foi vice-governador do Amazonas (1999-2002).

## Cinco sinais de que sua identidade foi roubada

ESET alerta sobre o que fazer ao detectar ter sido vítima de roubo de identidade e minimizar o seu impacto

No último dia (28), comemorou-se o **Dia Internacional da Proteção de Dados Pessoais**. Nesse contexto, a ESET, empresa líder em detecção proativa de ameaças, alerta que uma das consequências de passar cada vez mais tempo no mundo digital é a quantidade de dados pessoais e credenciais de login que são compartilhados com as empresas com as quais interagimos. E, por sua vez, a ascensão dos cibercriminosos se concentrou em roubar dados dessas organizações, bem como diretamente dos usuários. Nos Estados Unidos, por exemplo, no terceiro trimestre de 2021, quase 1.300 violações desse tipo foram relatadas, mais do que em todo o ano de 2020. Como resultado, centenas de milhões de vítimas declararam roubo de identidade.

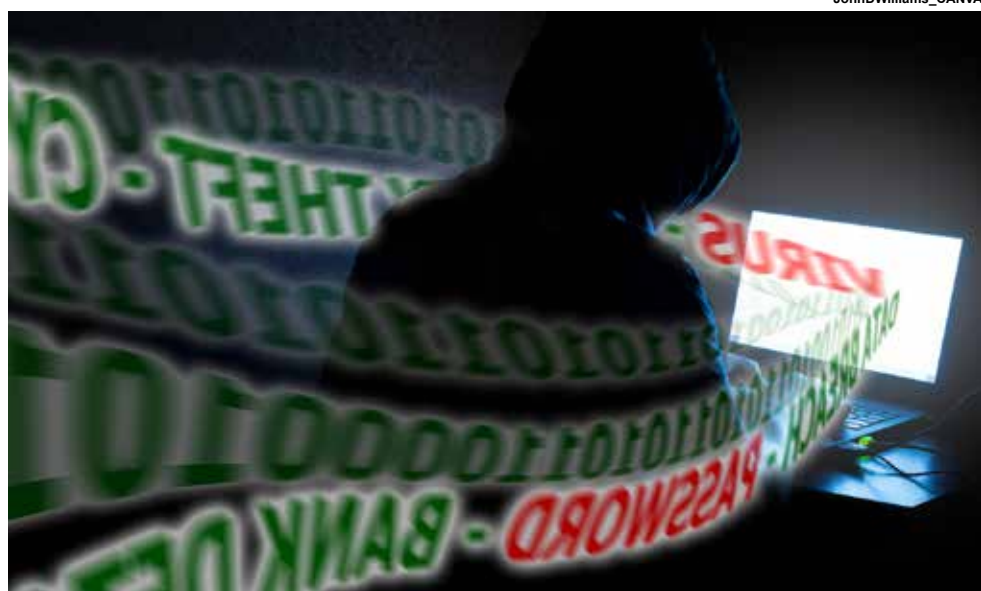
“O cibercrime gera anualmente custos milionários em todo o mundo e é composto por vários participantes que constituem o que é conhecido como a indústria do cibercrime. É improvável que os criminosos que roubaram os dados de uma organização sejam os mesmos criminosos que tentam, digamos, fraude de identidade subsequente. Os dados roubados geralmente são vendidos em fóruns na dark web. Eles são então comprados em massa e testados por criminosos dedicados ao roubo de identidade. Dessa forma, eles podem vender os dados testados anteriormente em outra oportunidade ou usá-los eles mesmos”, comenta Camilo Gutiérrez Amaya, chefe do Laboratório de Pesquisa ESET América Latina.

Dependendo do tipo de dados de identidade roubados, eles podem ser usados para:

- Sequestrar contas de varejo que tenham detalhes de cartão pré-definidos e usar esse acesso para concluir transações fraudulentas;
- Fazer pagamentos fraudulentos diretamente (ou seja, se os detalhes do cartão foram roubados);
- Ataques de engenharia social a funcionários de bancos/telecomunicações para fazer com que eles redefinam contas e as coloquem nas mãos do golpista;
- Tirar linhas de crédito em nome da vítima;
- Cometer fraude por meio de seguro de saúde ou reembolso de impostos.

Existem sinais de alerta de que você foi vítima de roubo de identidade:

**Aviso de violação de segurança:** com certeza é a maior bandeira vermelha. Caso receba uma mensagem desse tipo, leia com bastante atenção e entre



em contato com a empresa por meios seguros, como site oficial e telefone.

**Atividade incomum nos movimentos de uma conta/cartão:** mesmo pequenas discrepâncias às vezes podem ser indicadores de fraude, pois os fraudadores geralmente verificam a validade de cartões roubados com compras aparentemente inócuas antes de aumentar sua atividade. Se algo não parecer certo, congele o cartão e/ou a conta. Isso geralmente pode ser feito por meio do seu aplicativo de banco móvel. Em seguida, entre imediatamente em contato com o provedor do banco.

**Se as contas online/telefone param de funcionar:** se os invasores obtiverem as credenciais de login, a primeira coisa que farão é alterar a senha para bloquear o acesso. Alternativamente, se eles conseguirem enganar a operadora móvel, eles farão com que transfiram o número da vítima para um dispositivo sob seu controle. Isso é conhecido como SIM swapping e é particularmente perigoso, pois significa que eles poderão interceptar qualquer senha SMS de uso único frequentemente usada pelos bancos para validar sua identidade.

**Problemas para declarar impostos:** outra estratégia comum é usar o CPF da vítima e outras informações pessoais para declarar impostos pessoais, fazendo-se passar pela vítima. Dessa forma, o invasor pode reivindicar fraudulentamente qualquer reembolso de imposto devido. Se você descobrir que não tem permissão para declarar impostos, pode ser por isso.

**Chamadas de cobranças de dívidas:** se alguém que roubou uma identidade acumulou uma fatura enorme de cartão de crédito ou dívida semelhante e desapareceu, é apenas uma questão de tempo até que o credor peça a uma agência de cobrança para investigar.

A ESET esclarece que há muito o que pode ser feito para minimizar o impacto

de um vazamento de informações se um invasor visar organizações com as quais eles têm algum tipo de relacionamento. Mas os pesquisadores enfatizam que existem algumas medidas preventivas que também podem ser tomadas caso os golpistas tentem atacá-lo diretamente.

Os especialistas da ESET aconselham:

- Habilitar a autenticação em duas etapas (2FA) em todas as suas contas online
- Usar senhas fortes, longas e exclusivas para todas as contas e armazene-as em um gerenciador de senhas
- Evitar lojas de aplicativos não oficiais
- Evitar fazer login em suas contas se estiver conectado a uma rede Wi-Fi pública
- Certificar-se de ter uma solução antimalware atualizada em todos os seus dispositivos e que seja de um fornecedor respeitável
- Manter-se informado sobre roubo de identidade e proteção
- Ativar regularmente atualizações automáticas para todos os dispositivos para que os patches de segurança sejam instalados
- Usar apenas sites HTTPS (com cadeado verde)
- Destruir documentos antigos para que nenhum dado pessoal seja exibido
- Minimizar a quantidade de informações compartilhadas com empresas online

“Todos nós provavelmente experimentaremos alguma forma de roubo de identidade em nossa vida. A chave é fazer todo o possível para minimizar as chances de isso acontecer e ficar atento para que, se os criminosos se apossarem de seus dados, você possa derrubar qualquer golpe o mais rápido possível”, adiciona Gutiérrez Amaya da ESET América Latina.



## News @TI

ricardosouza@netjen.com.br

## Shopee e RecargaPay oferecem desconto no pagamento de compras via Pix

Com o objetivo de incentivar pagamentos via Pix, a RecargaPay se uniu a Shopee, plataforma de e-commerce com vendedores brasileiros e internacionais, e que inclui mais de 100 grandes marcas, para oferecer desconto aos novos clientes do e-commerce. Pagando suas compras acima de R\$30 com Pix via app da RecargaPay, o cliente ganha R\$15 de desconto. A promoção é válida apenas na primeira compra no app e no site da Shopee. Para conseguir o desconto, o usuário deve resgatar o cupom Shopee clicando no botão “EU QUERO” na página da parceria na plataforma. Depois, ele poderá escolher os produtos que deseja comprar e, ao chegar na tela de finalização do pedido, deve selecionar o cupom de desconto resgatado e o método de pagamento Pix. Em seguida, basta abrir o app da RecargaPay e selecionar a opção Pix que deseja: “Cópia e Cola” ou “Pagar com QR Code”. Após a confirmação do pagamento, a compra será realizada (<https://shopee.com.br/m/shopee-recarga-pay>).

## Dexco anuncia investimento na Brasil ao Cubo

A Dexco, por meio do DX Ventures, seu fundo de Corporate Venture Capital, anuncia investimento de até R\$ 74 milhões na Brasil ao

Cubo. Trata-se de uma construtech especializada em soluções construtivas ágeis por meio da técnica de construção modular industrializada (“offsite”) e método plug-and-play BR3. Suas construções possuem o perfil metálico de aço que juntas formam o principal elemento estrutural. Por meio do modelo construtivo em módulos, a empresa produz estruturas metálicas e as utiliza prontas para montagem no canteiro de obra, com toda a parte elétrica, hidráulica e demais acabamentos já instalados. Atualmente, atua nos segmentos industrial, infraestrutura, comercial, residencial, corporativo e saúde, com mais de 200 obras entregues em 14 estados.

## Solução de recebimentos automatizados a partir do PIX

A Transfeera, fintech de gestão e automação de pagamentos e recebimentos que ajuda empresas a simplificarem suas rotinas financeiras, possui como um de seus produtos principais a Conta-Transfeera, solução que permite que empresas paguem e recebam de maneira automatizada. No início, a plataforma surgiu para simplificar pagamentos, porém, com a chegada do PIX, a startup pôde ampliar o serviço para contemplar também os recebimentos. Lançado em novembro de 2020, o sistema de pagamentos foi criado pelo Banco Central para agilizar transferências bancárias. Atualmente, há mais de 133 milhões de chaves PIX geradas no Brasil (<https://transfeera.com/>).